
REVISTA

CERES

DIRETORES

Prof. Edson Potsch Magalhães
Prof. Arlindo P. Gonçalves
Prof. Joaquim Matoso
Prof. Jurema Soares Aroeira
Prof. J. M. Pompeu Memória

Janeiro a junho de 1956

VOL. IX

N. 54

VIÇOSA — MINAS

Caixa Postal, 4—UREMG—E. F. Leopoldina

A POBREZA RURAL EM MINAS GERAIS

GERALDO O. DOMINGUES MACHADO (*)

— nosso mundo rural é um resíduo na
ordem econômica.

(Limeira Tejo)

INTRODUÇÃO

Um fato que salta à vista de qualquer pessoa que viaje pelas zonas rurais de nosso Estado é o baixo padrão de vida da imensa maioria de seus habitantes. Apenas uma minoria, em sua quase totalidade composta de proprietários de regulares ou grandes extensões de terras, usufrui uma vida, já não dizemos “luxuosa”, mas simplesmente confortável; de qualquer modo, ainda abaixo daquela que os adiantamentos técnicos da civilização autorizam atualmente ao homem aspirar.

Entretanto, este fato não é característico somente de nosso Estado. Ele é generalizado em nossa Pátria, em nosso Continente, e conforme artigos publicados por estudiosos do assunto, em todo o mundo, com raras exceções.

A pobreza rural não é pois encontrada apenas em regiões sub-desenvolvidas, como são atualmente chamadas as regiões de baixo poder aquisitivo, mas também em países plenamente desenvolvidos, adiantados, altamente industrializados.

Todavia, o que se nota a este respeito é que a pobreza

(*) Eng. Agrônomo e Diretor-Assistente da ACAR.

se manifesta em aspectos, consequências e intensidade variáveis, conforme as regiões em que ela se apresenta. Por este motivo, necessário se torna definirmos qual o nosso conceito sobre a pobreza, o qual é semelhante ao do "Farmers Home Administration", seção do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos: "Pobreza é a falta que uma pessoa tem de bens, utilidades e serviços existentes e à disposição da média dos habitantes de uma determinada comunidade".

E' pois um conceito relativo à comunidade em que vivem aqueles a quem nos referimos. Se esta comunidade é desenvolvida, a pobreza se manifesta por falta de bens e utilidades que na realidade não são essenciais à vida, porém, se é sub-desenvolvida, a pobreza se caracteriza por falta de coisas essenciais à vida biológica e à dignidade do homem, como alimentos suficientes, vestuário, cuidados médicos etc., em maior ou menor grau, podendo chegar até à miséria absoluta e morte do indivíduo que dela padece.

Nos Estados Unidos, a falta de automóvel, geladeira, eletricidade na habitação, etc., fazem com que o indivíduo seja classificado como pobre. Em nosso meio não podemos tomar estas faltas como comparação, pois grande maioria de nossa população não as tem nem tão cedo poderá tê-las.

Mas a falta de sapatos, de cuidados médicos, de instrução, de alimentação apropriada, a moradia em casas absolutamente impróprias, devem ser consideradas em nosso meio como medida de pobreza, pois todos poderão usufruir destas coisas.

Já em outras regiões mais atrasadas de nosso continente, da África e da Ásia, a simples falta de sapatos não poderá ser considerada medida de pobreza, pois o uso deles é desconhecido até de pessoas abastadas...

Não cremos que haja uma só pessoa capaz de negar a existência deste fenômeno entre nós, tão evidente ele o é. Já que ele existe, devemos perguntar: — Será que podemos ignorá-lo?

Paul V. Maris assim responde à pergunta idêntica nos Estados Unidos: "Não é bom para esta Nação, nem para a democracia que a pobreza continue a existir nas zonas rurais. Socialmente é mau, politicamente é mau e economicamente é muito mau haver uma vasta porção da população sem poder aquisitivo, mal nutrida, mal vestida, mal instruída e morando em más habitações".

Devemos pois procurar resolver esta situação — ou se

não o conseguirmos — devemos, pelos menos, procurar atenuá-la.

Mas isto não pode ser feito sem um estudo realístico das suas causas, para que possamos saná-las e evitá-las.

Este é o objeto do presente estudo.

Antes de entrarmos no assunto, queremos prevenir que o que se segue representa apenas a nossa opinião pessoal, formada através de observações e estudos em mais de 20 anos de contato com o meio rural mineiro, comparada com estudos idênticos em outros países.

CAUSAS

As causas da pobreza rural são muitas. Ao estudá-las, devemos ter em mente alguns fatos básicos: elas nunca aparecem isoladas, mas sim combinando-se em vários efeitos, causando maior ou menor dano, conforme suas intensidades; raramente a mesma causa produz resultados idênticos em regiões diferentes, podendo até acontecer que uma causa de pobreza em uma zona possa vir a sê-lo de riqueza em outra, e vice-versa; os efeitos da pobreza podem ser causa de agravamento da situação, tornando-se causa de maior pobreza, e estabelecendo assim um círculo vicioso, que dificulta a solução do problema.

São as seguintes, em nossa opinião, as causas de pobreza em nosso meio rural, por ordem de importância:

- 1) métodos de trabalho
- 2) esgotamento do solo
- 3) baixos rendimentos na criação
- 4) tamanho das propriedades
- 5) posse transitória da terra
- 6) preço da terra
- 7) preços adversos
- 8) monocultura
- 9) transporte anti-econômico
- 10) adversidades do tempo
- 11) falta de industrialização.

Métodos do trabalho

Ainda hoje, em pleno século vinte, chamado século da máquina, a nossa produção agrícola depende, em grande parte,

ou quase totalmente de ferramentas e utensílios que, para serem utilizados, necessitam da energia humana, justamente a mais cara e anti-econômica que se conhece.

Na enxada e suas variações, na foice e no machado, manejados pelo esforço do nosso sub-nutrido caboclo, estão baseadas as produções que permitem o comércio, alimentação, vestuário, a vida econômica enfim, de quase toda uma vasta população, sabido como é que o nosso índice de industrialização é ainda muito baixo.

Torna-se evidente que o rendimento do trabalho é assim mínimo, não permitindo melhor remuneração, sendo pura demagogia falar-se em maiores salários. Os custos de produção não o permitem, e mesmo que o permitissem em algumas culturas eventualmente mais rendosas, como o é o café, seriam inteiramente contraproducentes em outras de que também necessitamos, como os cereais.

O nosso atraso neste ponto é enorme. Apenas com um cultivador de uma fila, tracionado por um animal, poderíamos aumentar em mais de dez vezes o rendimento diário de um trabalhador braçal. E esta máquina, para trabalhar, não necessita de alta técnica, nem tão pouco de conhecimentos especializados.

O nosso homem do campo ainda hoje trabalha como trabalhavam seus avós e bisavós, inteiramente ignorante e alheio aos progressos da ciência agrícola.

Aquêles tinham entretanto motivos para assim trabalharem, pois, naquelas épocas passadas, a técnica agrônômica não tinha ainda criado e aperfeiçoado as máquinas que tanto facilitam os serviços do lavrador dos tempos atuais.

Além disto, contavam com o trabalho escravo para todas as tarefas braçais e não sofriam concorrências das indústrias. Hoje a situação está inteiramente mudada, pois, em alguns estados de nossa Federação, os produtores agrícolas procuram sempre aperfeiçoar seus métodos de cultivo e aumentar o rendimento do seu trabalho, produzindo mais barato do que nós, afastando-nos do mercado.

Apenas como exemplo, vamos citar o progresso alcançado na cultura do trigo nos Estados Unidos: "Há 100 anos atrás eram necessários 50 a 60 homens-hora para produzir 20 "bushels" de trigo. Em 1890 eram necessários apenas 8 a 10 homens-hora para a mesma quantidade. Hoje em dia com trator, arado de diversos discos, combinadas de 12 pés e outros implementos de alta mecanização, apenas 3 a 4 homens-hora são suficientes para os mesmos 20 "bushels" de trigo".

Esgotamento do solo

Os primeiros europeus aqui chegados maravilharam-se com a opulência e exuberância da vegetação tropical e a imensidão de terras à sua disposição, vindo como vieram de país pequeno, de solo pobre, quase sempre em guerra com seu vizinho, para defesa de suas terras.

O índio era pouco dado à agricultura, praticando-a em escala mínima, pois as suas necessidades eram pequenas e providas em sua maior parte pela caça e pela pesca, mais condizentes com seu temperamento errante e pouco amigo de atividades que exigem perseverança, como a agricultura.

Cultivando, o índio sempre agia pela lei do menor esforço. Para desimpedir o terreno apelava sistematicamente para o fogo. Naturalmente a terra se esgotava depois de alguns anos desta prática. mas para que se preocupar com isto? Não existiam outras terras férteis a seu dispôr? Mudava-se êle então para essas e o solo se recompunha em alguns anos.

O branco passou a imitá-lo, tanto mais que o nativo, apesar de feroz e bravo, era desorganizado e dividido em tribos que se guerreavam mutuamente, não podendo oferecer resistência séria na defesa de seu patrimônio usurpado.

O que interessava ao colono primordialmente era o enriquecimento rápido. Adotou os métodos do natural da terra, esquecendo-se das lições adquiridas em séculos de cultivo do solo da mãe pátria, tanto mais que se julgava na posse de um tesouro inexaurível, representado pela grandiosidade da floresta tropical.

Dai ter criado um tipo de agricultura, baseada na exploração sistemática do solo, que não lhe interessava conservar, onde tudo devia ser feito rapidamente, com repetidos apelos ao fogo e ao nomadismo consequente. Assim vieram parar em terras mineiras, atraídos também pelo ouro.

Trouxeram êste tipo de agricultura que, aliado às diversas espécies de erosão do solo pela água, à acelerada combustão de matéria orgânica nos climas quentes e úmidos, esgotaram nossas terras, que se tornaram ácidas e pobres de elementos nutritivos, caindo a sua produção a rendimentos irrisórios, do que a seguir damos exemplos, em medidas usadas ainda hoje nas zonas agrícolas do Estado, para melhor compreensão:

Café	15 a 20 arrobas por mil pés,
Milho	3 a 4 carros por alqueire,
Cana	60 a 90 carros por alqueire,
Fumo	2 a 3 arrobas por mil pés,

e assim por diante, e que hoje são comumente encontradas em nossas propriedades agrícolas, pois a mudança para novas terras não é mais possível, porque já não são muito fáceis de achar em nosso Estado.

Muito concorreu para a fixação deste tipo de agricultura o café, de extraordinária resistência às mutilações que lhe impõem os métodos culturais por nós aplicados no seu cultivo.

Baixos rendimentos na criação

O nosso Estado é conhecido também como criador. Estaremos mais adiantados nesta atividade? Salvo honrosas exceções, podemos opinar pela negativa. Mas devemos reconhecer que houve muitas dificuldades neste setor de exploração agrícola, somente agora compreendidas.

Ao tempo da descoberta do Brasil, não havia qualquer atividade dos nativos com respeito à criação de animais e na vasta fauna brasileira não se encontrou uma só espécie de animal passível de domesticação e criação para fins econômicos. O colonizador, já de si mau criador, trouxe de sua pátria os animais domésticos que tinha, para continuar aqui a criá-los. Encontrando condições ecológicas (clima quente, pastagens pobres de leguminosas, etc.) inteiramente diferentes das da Europa, estes animais, principalmente os bovinos, mais difundidos, degeneraram, perdendo qualidades econômicas. As outras espécies, como os suínos, as aves os equinos, foram menos prejudicadas, porém nenhum trabalho foi feito até agora, em escala ampla, para o melhoramento de qualquer dessas espécies. Os ensaios que foram feitos, por particulares ou pelo governo, o foram em pequena escala, não chegando ainda a atingir o grosso dos interessados. Apenas a introdução do zebu pode ser contada como um esforço em grande escala para a resolução do problema de criação de bovinos em clima tropical, o que representa grande melhoramento nesta atividade. Infelizmente o zebu importado não era bom produtor de leite, de modo que a sua contribuição neste ponto limita-se a introduzir resistência ao meio, nas raças leiteiras.

Em escala menor, porém já ponderável, temos a adaptação do gado leiteiro europeu, nas regiões altas de Minas.

Mas na maior parte do Estado vemos a criação de animais de pequeno valor econômico, rústicos sim, porém tardios, de produções baixas, sujeitos às endemias e epidemias, parasitados, mal alimentados durante toda a sua vida, com carência de proteínas, passando até fome nos períodos de seca.

O resultado disto é que vemos épocas de relativa abundância de leite e ovos, caindo estes de preço, alternando-se com épocas de escassez, nas quais os preços sobem.

Os rendimentos são mínimos: galinhas põem 60 a 70 ovos por ano, vacas produzem 2 a 3 litros diários apenas, e porcos necessitam comer 7 a 9 quilos de alimentos para aumentarem 1 quilo de peso, enquanto em outros lugares galinhas põem mais de 200 ovos, vacas produzem 20 a mais litros de leite diários e porcos aumentam 1 quilo de peso com apenas 4 quilos de uma alimentação apropriada, que aqui mesmo pode ser produzida.

Evidentemente, com os índices de produção apresentados e com o baixo rendimento do trabalho pelo uso de instrumentos primitivos, não é possível ao ruralista ter um padrão de vida sequer médio.

São estas as três principais causas, a nosso ver, da extensão da pobreza rural em nosso Estado.

Entretanto, há outras que exercem também poderosa influência e necessitam ser estudadas.

Tamanho das Propriedades

Economistas rurais estrangeiros afirmam que a renda de uma propriedade está diretamente ligada ao seu tamanho. Quanto maior este, maior aquela.

Estudos procedidos pelo Prof. Erly D. Brandão da Escola Superior de Agricultura (Universidade Rural de Minas Gerais), no município de Ubá e Ruy Miller Paiva (citado pelo mesmo Professor), no distrito de Ibití (São Paulo), confirmam entre nós esta afirmação.

O mesmo Prof. Erly cita porém os autores americanos T. Linn Smith e Henry Grady, favoráveis à pequena propriedade como a mais conveniente para o bem estar geral do País.

Entretanto, entre nós, quando se fala em tamanho das propriedades, o nosso pensamento focaliza somente o latifúndio.

Existem sem dúvida em Minas Gerais os latifúndios,

porém não tantos como se poderia imaginar, tendo visto o combate que lhe movem economistas, sociólogos, políticos e demagogos. Esse combate é ainda herança dos tempos passados, quando ainda eles existiam em grande escala, predominando na sociedade, e voltou novamente à baila, porque é muito do gosto da moda o ataque aos grandes, como causadores de todos os males sociais. Ninguém põe em dúvida que a grande propriedade latifundiária seja um mal social, causadora da pobreza. Portanto, tôdas as medidas justas tomadas para a sua extinção gradativa só podem ser bem recebidas por aquêles que amam à Pátria e a seu semelhante.

Vejamos entretanto o que está ocorrendo.

O Ministro João Cleofas, em conferência pronunciada em São Paulo, oferece alguns dados interessantes a êste respeito, referindo-se à posse de terras no Brasil. Diz êle que os proprietários de áreas até 50 hectares representam 75% do total de proprietários rurais do Brasil, muito embora ocupem apenas 11% da área total. Os proprietários com mais de 200 hectares representam 7,8% do total, ocupando uma área de 73% do total. Diz também que tem havido maior fracionamento nas propriedades médias e pequenas, por herança, que nas grandes. Informa outrossim que 414.000 pequenos proprietários alugam seus serviços porque as propriedades que possuem não dão para o sustento de sua família.

Por êstes dados conclui-se que já apareceu no Brasil o minifúndio, e que, se em área êle ainda representa pequena parcela, em número de proprietário êle já é extenso, muito extenso, pois 414.000 proprietários necessitam de buscar fora de sua propriedade, trabalho para seu sustento. Necessariamente são famílias pobres.

Não temos em mãos um estudo sobre a extensão dêste problema em todo o Estado de Minas, porém fizemos um inquérito em 6 municípios do Sul e Oeste do Estado e encontramos os resultados expostos no quadro ao lado:

Do estudo dos quadros acima notamos que 66% das propriedades naqueles municípios têm menos de 20 Ha. e 81,5% têm menos de 50 Ha. ou sejam 6,5% mais que a média do Brasil.

Notamos também que em todos os municípios, sem exceção, mais de 50% dos proprietários rurais têm menos de 20 Ha., sendo que no município de Campo Belo três em cada quatro proprietários o são de propriedades de menos de 20 Ha.

Os municípios acima não foram escolhidos por nenhum

Distribuição de propriedades por áreas em alguns Municípios do Sul do Estado de Minas Gerais

Segundo dados colhidos em Coletorias Estaduais, Prefeituras e Agências de Estatística. — 1952

MUNICÍPIOS Hectares	BOA ESPERANÇA	CAMPANHA	CAMPO BELO	GIMIRIM	LAVRAS	MACHADO
Menos de 20	864	340	1.842	889	921	651
De 21 a 50	273	84	262	207	273	192
De 51 a 100	167	72	135	108	117	128
Acima de 100	267	60	165	87	134	101
TOTAL	1.571	556	2.404	1.291	1.445	1.072

Nesses 6 municípios mineiros as propriedades estão assim distribuídas, conforme o tamanho :

Até 20 H a	5.507	66,0%
De 21 a 50 Ha.	1.291	15,5%
De 51 a 100 Ha.	727	8,7%
Acima de 100 Ha.	814	9,8%
TOTAL	8.339	100,0%

motivo especial ligado ao tamanho das propriedades e sim aproveitando a nossa estada neles em função do cargo que desempenhamos, o que faz supôr que representam a situação no Sul do Estado, com pequenas alterações, que em nada modificam a realidade.

A situação na zona da Mata parece ser a mesma.

O Prof. Erly D. Brandão, procedendo a estudo semelhante em 1949 no município de Viçosa diz: "... das 2.906 propriedades existentes, 2.172, ou sejam 77% do total, possuem menos de 20 Ha. Será que os proprietários desses sítios podem operá-los economicamente?" A resposta que ele mesmo dá é negativa, com raras exceções.

Mais adiante salienta que dentro da classe de propriedades de menos 20 Ha., cerca de 400 surgiram nos últimos 20 anos por motivo de herança e somente 19 provieram de propriedades de mais de 50 Ha.

Pelo exposto vemos que as pequenas propriedades entre nós se ainda não predominam pela área, já são predominantes quanto ao número de proprietários.

Vimos também que as propriedades estão se fragmentando rapidamente, e esta fragmentação é maior nas propriedades pequenas e médias, que nas grandes.

Ora, todos estamos de acordo que há um limite mínimo em área, abaixo do qual a propriedade não dá para o sustento de uma família, sendo pois a sua fragmentação prejudicial, tão prejudicial quanto o latifúndio. Este limite mínimo é variável conforme a zona, mas parece que, salvo raras exceções, ele é próximo de 20 Ha. nas zonas de população mais densa e terras melhores. Já é muito grande o número de propriedades abaixo de 20 Ha. e este número está aumentando rapidamente.

Esta é, pois, mais uma causa de pobreza rural, cuja ação se estende continuamente, pois a legislação atual sobre heranças não força a divisão das grandes propriedades e não dificulta a fragmentação das pequenas.

Posse transitória da terra

Dizemos que um lavrador tem posse transitória da terra, quando, não sendo o dono dela, pode utilizá-la temporariamente, em geral pelo prazo de uma colheita anual, sob certas condições, que geralmente se limitam a estipular as espécies de culturas, e mediante retribuição ao proprietário.

Conforme o modo de retribuição distinguimos: *parceria agrícola* — cujas formas mais comuns são a meia e a terça parte das produções ou o uso da terra em troca de formação de lavouras permanentes — cujo pagamento é em espécie, e *arrendamento*, quando a retribuição é em moeda corrente.

Ditos contratos podem abranger tôda a área de uma propriedade, ou parte dela.

Ambas têm características comuns: são sempre de prazo mais ou menos curto; nenhuma responsabilidade tem o lavrador sobre a conservação da fertilidade do solo, e nem tão pouco sobre o seu valor depois de terminado o prazo de seu uso.

Nenhum vínculo de caráter permanente liga o lavrador ao solo que êle cultiva. A consequência lógica é o abuso da terra e o nenhum interesse do rurícola pela sua conservação em bom estado.

Nos Estados Unidos, a parceria e o arrendamento são julgados como a mais importante causa de pobreza. O Presidente do "Committee on Farm Tenacy" assim se expressou em 1935 sobre o meeiro: "Êle contribui para o empobrecimento do solo. O empobrecimento do solo contribui primeiramente para a expansão da meia e posteriormente para o empobrecimento dos dois, meeiro e proprietário".

Entretanto, entre nós, não a julgamos como a mais importante causa de pobreza porque o solo, em geral, não recebe de seus proprietários quase cuidado algum para conservar-lhe a fertilidade, usando êstes, como usam, os mesmos métodos de cultivo dos meeiros.

Apenas meeiros e arrendatários abusam um pouco mais de práticas esgotantes, principalmente quando se trata de lavouras permanentes, como os cafêzais, que, nas mãos de meeiros (ou arrendatários) se transformam também em produtores de milho, arroz, feijão e quantas culturas haja, prática esta errada, pois só a diminuição de colheita de um produto valioso como o café (que pode ser até de 30%) é maior em valor que as produções de outras culturas intercalares, em geral bastante reduzidas...

O nosso agricultor conhece bem isto, pois em geral comenta como explicação para certos aspectos de sua lavoura: — Aquilo é café (milho, ou cana, etc.) de meia...

Entretanto, premido pelas circunstâncias, continua a usar êste sistema como meio de arranjar braços para sua propriedade.

O mesmo abuso se nota nas pastagens arrendadas, pelo excesso de pastoreio.

Prêço da terra

À medida que a população aumenta em qualquer região, o preço da terra naturalmente sobe, não só em valor absoluto, como também em valor relativo. Isto é fenômeno normal. Porém não é só esta a causa do aumento de preço da terra. Outras causas agem, mesmo em países de economia mais estável. Uma delas é a exploração imobiliária.

Mas aqui agem ainda outras causas tendentes a elevar a níveis altíssimos os preços da propriedade. Em primeiro lugar temos a inflação, que trazendo consigo a desvalorização da moeda, faz com que apareça a desconfiança nela, de modo que quem a possui quer se livrar dela, adquirindo bens. A terra é preferida entre nós, fazendo com que o seu valor seja tão alto que não compensa o capital empregado na sua aquisição. Acontece então que o comprador, reconhecendo isto, às vêzes procura vendê-la quando recebe oferta de maior preço (nasce, assim, a especulação imobiliária).

Por isto encontramos, geralmente, em nossas propriedades benfeitorias deficientes e mesmo casas de residência muito abaixo daquelas que seria lícito esperar, dado o valor de aquisição do imóvel.

Se isto acontece com as casas dos proprietários, que podemos esperar das casas dos empregados? Sòmente o que se vê: absoluta deficiência sob todos os pontos de vista.

Mesmo em períodos não inflacionados, o valor das terras é geralmente em Minas maior que aquêle que se podia esperar. Isto porque, não havendo por um lado mercados de investimentos, como no caso das indústrias, para absorver os excessos de renda porventura existentes, quando os preços dos produtos agrícolas estão altos; por outro lado, o nosso agricultor só crê que possa obter maiores produções dispondo de maiores extensões de terra, fazendo com que os detentores de capital o empreguem de preferência na aquisição de imóveis rurais.

Tudo isto contribui para que, em geral, o valor dos imóveis seja demasiadamente altos, não compensadores para uma exploração dentro dos princípios de uma economia sã.

Dentro do Estado, isto é notado principalmente nas regiões mais populosas, mais produtivas, mais próximas dos mercados consumidores ou exportadores.

E' sabido que a tôda inflação segue-se a deflação; a todo período em que os preços agrícolas são anormalmente altos, segue-se um período de baixa. Surge então a crise.

Nesta, todos aqueles que usavam do crédito desproporcionadamente (o que é comum e característico dessas épocas), vêem-se em aperturas financeiras e são obrigados a se desfazerem de seus bens, vindo a constituir a legião dos fracassados, quando não são socorridos pelo governo através de reajustamentos, que podem trazer benefícios individuais, mas são sempre prejudiciais à sociedade e à própria economia rural, pelos reflexos desastrosos sobre o crédito da maior classe produtora do Estado

Preços adversos

Desde o primeiro quartel deste século que economistas têm notado que os preços dos produtos agrícolas têm declinado em relação aos preços que os agricultores têm que pagar pelos artigos que comprem. Isto significa que eles têm que produzir mais para obter a mesma quantidade de artigos industriais de que necessitam.

Charles Branan, atual Secretário da Agricultura dos Estados Unidos, em exposição apresentada em 24-4-1951 ao "House Committee on Agriculture" expõe bem fundamentadamente a agravação desta adversidade de preços, chamando a atenção para o desequilíbrio que este fato está trazendo à economia daquela grande Nação.

Mostra ele que, enquanto a renda dos americanos do norte tem crescido, a renda dos agricultores tem caído, e que os agricultores têm a menor renda "per capita" do País. Também mostra que a quantidade de produtos agrícolas que um operário pode comprar com o seu salário-hora é bem maior hoje que no princípio do século e esta quantidade está aumentando sempre.

Este fato é sentido pelos nossos agricultores, mas não tem preocupado aos nossos governantes. Pelo contrário. Eles têm contribuído para agravá-lo: como consequência natural da inflação, os preços de todos os produtos entram em espiral ascendente. Em países pouco desenvolvidos como o nosso, mais da metade da renda da maioria de seus habitantes é forçosamente gasta em alimentação, principalmente nas classes mais pobres. Numa tentativa muitas vezes vã de refrear a alta dos preços, os governos lançam mão dos tabelamentos e fixação dos preços máximos, atingindo estas medidas preferivelmente aos produtos agrícolas. Embora o objetivo final, que é o da estabilização dos preços de alimentos, nunca seja atingido, isto faz com que a sua ascensão não seja tão acentuada como a dos produtos industriais ne-

cessários à produção agrícola. Daí o aumento da disparidade de preços e a diminuição da renda real dos lavradores.

Também a política cambial é responsável pelo agravamento da situação. A maior parte das divisas recebidas pela Nação provém de produtos agrícolas, principalmente do café. Estas divisas servem para aquisição de outras mercadorias necessárias à vida do País. Delas, uma parte é constituída de coisas que, embora melhorando o padrão de vida do brasileiro, não são essenciais, em nada beneficiando as camadas menos favorecidas, constituída em sua maior parte de pequenos lavradores, meeiros, trabalhadores rurais, etc., enfim, homens do campo.

Outra parte, a maior, é de produtos essenciais e atinge a tôdas as camadas. Nesta parte avultam dois produtos: trigo e produtos do petróleo. Se, porém, observarmos a vida da população rural mineira, chegaremos a conclusões interessantes: quanto ao primeiro (trigo), o nosso homem do campo é pequeno consumidor de seus produtos, que entram em porcentagens muito baixas na dieta do nosso rurícola. O pão é consumido de longe em longe; êle não sabe utilizar-se da farinha de trigo em sua cozinha e mesmo o macarrão, que é consumido em maior escala, sabemos que hoje em dia é fabricado em mistura com sucedâneos nacionais, o que forçosamente diminui o consumo do artigo importado.

Os produtos de petróleo são de fato essenciais, mas o seu maior consumo é no transporte da produção agrícola, pois para a sua locomoção o lavrador mineiro ainda usa na maior parte das vèzes o cavalo. Muito raras vèzes se utiliza de ônibus e automóveis.

Como no seu trabalho êle não usa máquinas, e seus veículos são tracionados a animal, em sua propriedade não há consumo de produtos petrolíferos, com exceção de que-rozene, para iluminação.

O seu consumo de inseticidas e adubos químicos importados é também muito baixo. Se a taxa cambial de exportação, dentro do País, fôsse a vigorante no mercado mundial, o que foi dito acima não teria nenhuma influência sôbre o problema da pobreza. Como porém ela é mantida artificialmente mais baixa dentro do país, afinal o nosso lavrador recebe menos dinheiro pelo seu produto. Se fôsse grande consumidor de produtos importados, na realidade não haveria nenhum prejuízo para êle. Mas como os produtos importados são consumidos mais pelos cidadãos que pouco exportam, segue-se que na realidade o nosso rurícola, sub-ali-

mentado, de fato contribui para que o seu irmão da cidade tenha melhor vida..., pelo artificialismo dos preços dos artigos que ele consome...

Monocultura

Os males que a cultura de uma só espécie de planta traz, tanto do ponto de vista agrônômico como econômico, são por demais conhecidos, de modo que nos excusamos de repetir argumentos contra esta prática.

Há uma lei em economia rural que diz que "uma empresa rural deve produzir os artigos para os quais ela está mais apta a fazê-lo economicamente". Uma interpretação literal desta lei é muito espalhada e muitos economistas se esquecem de que a plantação de uma mesma espécie de vegetal no mesmo terreno acaba por esgotá-lo, tornando-o menos apto, portanto.

As consequências desta interpretação literal são visíveis em muitas partes do mundo. O panorama descrito pelos sociólogos que estudam as populações das ilhas açucareiras das Antilhas é uma terrível condenação deste princípio econômico capitalista.

Ali, a sua aplicação em terras fertilíssimas só tem resultado para aquelas infelizes populações em padrão de vida baixíssimo, sub-alimentação, miséria, etc., de nada lhes valendo ter condições para produzir açúcar mais barato que o resto do mundo.

Naturalmente uma propriedade deve explorar os empreendimentos de maior renda, pois agricultura é um negócio para dar dinheiro. Mas esta exploração deve ser equilibrada com outras que, embora não dêem tanto rendimento, servem para conservar fertilidade do solo e defendê-la da erosão, produzir alimento para a família, etc., enfim práticas de alcance mais longo, tendentes a estabilizar a exploração e fixar o homem à terra.

Felizmente a monocultura não é espalhada em nosso Estado, a não ser em algumas áreas de menor expressão econômica e nos contratos de meiação, onde, pela própria natureza dos ajustes, é dada muita importância à cultura de renda. O proprietário mineiro é sempre policultor, embora suas atividades não sejam bem equilibradas e não conheça as vantagens da rotação. Mesmo os meeiros querem sempre que figure nos seus ajustes o direito de plantar cereais (mi-

lho, feijão, arroz, etc.), intercalados na cultura principal, ou fora dela, porém em terrenos do proprietário.

Também nas áreas junto a usinas de açúcar, onde predomina a cultura de cana, cultura esta eminentemente avassaladora, nota-se resistência do lavrador em confiar inteiramente nela, ao contrário do que se vê nas zonas açucareiras de quase todo o mundo.

Contribuem poderosamente para isto as irregularidades do terreno, tanto em topografia como em fertilidade.

Assim sendo, esta causa é notada mais nas meiações e em certas zonas mais longínquas, onde algumas vezes a única atividade possível é a criação de gado, e em zonas onde há predominância da cultura de milho.

Também a tendência de certas entidades financiadoras, de só financiarem determinadas culturas, em vez de o fazerem a tôdas atividades da propriedade, concorre para o incremento da monocultura.

O mesmo se pode dizer de certas campanhas visando incremento de uma só cultura, feitas pelas entidades governamentais, como se uma propriedade não fôsse um todo que, para seguir bem, precisa ser equilibrado.

Transporte anti-econômico

Devido ao esgotamento do nosso solo provocado pelos métodos culturais usados, especialmente as queimadas, a procura de novas terras foi muito rápida, o que trouxe como consequência o alongamento de nossas ferrovias e rodovias, que em busca de zonas novas se estenderam também rapidamente, deixando ao longo de seu traçado muitas zonas quase esgotadas, de fraca densidade econômica. Isto torna muito cara a conservação em bom estado de largos trechos dos leitos das estradas, porque a intensidade do tráfego é muito menor.

Os centros de produção se distanciaram demasiado dos grandes mercados de consumo, que são os portos e grandes cidades do litoral. Como consequência, aumentaram os fretes, tornando proibitivas muitas culturas que poderiam ser exploradas economicamente, mas que não suportam altos custos de transportes. Também, por fatalidade, tôdas as nossas ferrovias e rodovias atravessam para chegar aos mercados naturais, grandes extensões de solo montanhoso, havendo muitos aclives no sentido de exportação.

Esta é uma importante causa de pobreza nas zonas mais afastadas do litoral, onde muitas vèzes nada compensa produzir, com exceção do zebu, que caminha por suas próprias pernas.

Adversidades do tempo

Há alguns anos atrás, não existia esta causa em vastas regiões de Minas. Sòmente muito ao Norte do Estado ouvia-se falar em sêcas periódicas. Atualmente esta causa já se faz sentir nas outras zonas, mesmo nas mais ricas e adiantadas do Estado. Livres como estamos dos rigores do frio, as adversidades do tempo entre nós se referem exclusivamente ao regime de chuvas. Tanto a sua abundância como a sua irregularidade estão provocando perturbações na produção que têm causado graves prejuizos econômicos. Como exemplos podemos citar as grandes enchentes que estão assolando anualmente a Zona da Mata, destruindo culturas, solos, estradas, etc., e a sêca anormal que se sentiu em algumas regiões do Estado neste ano que findou, trazendo como consequência fraca produção de café, nosso principal produto de exportação.

Não interessa aqui discutir as causas das irregularidades do tempo, que são muito controvertidas. Uma coisa podemos garantir: as grandes enchentes têm sido causadas pela excessiva destruição das nossas matas, que provocando desnudamento dos morros diminuem a sua capacidade de retenção e de infiltração das águas pluviais, tendo como consequência o seu rápido escoamento.

Falta de industrialização

Nenhuma região agrícola pode ser economicamente forte, sem que seja ao mesmo tempo uma região industrial diversificada e forte também. Esta regra comporta exceções, tais como a Argentina, a Nova Zelândia, a Dinamarca, países agrícolas, cuja economia, devido à riqueza de seus solos ou condições políticas, são extraordinariamente bem completadas pela economia industrial da Inglaterra.

Não é este o nosso caso. Não temos nenhuma região industrial que complemente a nossa economia agrícola. Devemos então criar a nossa indústria, para criarmos ao mesmo tempo mercados próximos para os nossos produtos agrícolas, e fontes de abastecimento também próximos para os nossos

rurícolas. Para isto dispomos de minérios em nossos solos e uma riqueza extraordinária em energia hidráulica. Não queremos com isto propugnar por uma economia fechada, o que seria irracional, porque nunca seríamos auto-suficientes. Mas um equilíbrio econômico entre agricultura e indústria é que forma uma economia sã. Não devemos continuar a produzir apenas artigos capazes de suportar os ônus de um frete pesado, nem tão pouco podemos continuar a pagar caro por produtos industriais que chegam a nossas mãos bastante majorados por fretes excessivos, tarifas aduaneiras, etc.

As três primeiras causas são fortemente atuantes em todo o Estado, com exceção da segunda, que só não é ainda encontrada nas regiões de mata que agora estão sendo rapidamente devastadas, regiões estas que ocupam pequeníssima fração de Minas Gerais.

As outras variam de intensidade conforme vamos percorrendo as diversas zonas. Ora uma quase desaparece enquanto outras aumentam de intensidade e assim por diante. Nunca encontramos uma só causa isolada.

Consequências

Para descrever as consequências e efeitos da pobreza em nosso Estado, de maneira a pintar com mais riqueza de tintas os pormenores da verdadeira situação deste mal social, seria necessário que tivéssemos inspiração literária, coisa que estamos longe de possuir, e se o tentássemos fazer, fugiríamos às finalidades deste artigo, que é mostrar apenas o problema, tal qual ele existe e como o vemos.

Dentro deste ponto de vista, assim resumimos as consequências e efeitos da pobreza:

- 1) má habitação,
- 2) má alimentação,
- 3) mau vestuário,
- 4) má saúde,
- 5) ignorância,
- 6) êxodo rural.

Má habitação

Mais que qualquer outra consequência isolada, a má habitação é a que assinala a marca do empobrecimento do

nosso povo rural. Não é a maior nem a pior consequência da pobreza, porém é a que mais sobressai e a que mais contribui para mostrar a existência do problema.

Uma boa casa deve primeiramente defender a saúde de seus habitantes, pelo abrigo que oferece contra as variações do clima e depois ter espaço suficiente para o mobiliário e a vida do lar. Nada disto se encontra nas habitações da maior parte dos rurícolas. Suas casas são construídas com o mínimo possível de despesas. O material empregado em grande maioria é tirado do que a Natureza lhes põe nas mãos. Pau a pique, barro, sapé, etc. Tudo o mais primitivo e mais rústico possível.

Apenas nas zonas de população mais densa emprega-se adobe ou tijolos e telhas. Raras casas são caiadas e mais de 95% não possuem a mais simples privada ou banheiro que possibilitem a adoção de hábitos higiênicos.

Casas assim construídas não protegem os seus habitantes do ataque de insetos transmissores de doenças. Favorecem a sua proliferação, como acontece com o terrível "barbeiro". Mosquitos e moscas entram e saem à vontade, para poluir os alimentos e transmitir aos seus habitantes as mais variadas doenças.

Também não protegem contra o frio ou contra os ventos, que penetram por tôdas as partes. São muito comuns as goteiras na estação chuvosa.

Os pisos são em grande maioria de terra batida. A imundície e a falta de higiene são gerais e a falta de fôrros é regra.

Como em geral são famílias grandes, vivem acumulados em espaços acanhados, em promiscuidade, não havendo espaço para separação de seus habitantes, principalmente dos leitos.

Este acúmulo facilita a propagação de doenças como o vento facilita a propagação do fogo, e suas consequências sobre a educação e a moral dos seus habitantes são também perniciosas.

Má alimentação

Esta é a pior e mais grave consequência da pobreza. À luz dos conhecimentos modernos, sabemos que sob o ponto de vista de calorias, a alimentação do nosso rurícola está acima da média mundial.

Josué de Castro coloca o nosso Estado na zona de arroz e feijão do Brasil Meridional que é das mais bem aquinhoadas em alimentação na América Latina, zona esta classificada como de sub-alimentação moderada. Mas isto não quer dizer que eles sejam bem alimentados. Pelo contrário são muito mal alimentados.

Acostumados a ligar a vida rural à abundância de alimentos, reminiscência de nossa infância, é com espanto que, ao nos aprofundarmos no assunto, constatamos como é mal alimentado o nosso homem do campo. Até hoje, na mente do cidadão, a vida do campo representa fartura de alimentação saborosa. É verdade que com igualdade de renda, o nosso caboclo é mais bem alimentado que o homem da cidade. Mas na realidade ele padece da insidiosa "fome oculta". Nota-se que quanto mais baixas são as rendas, do lavrador, menos alimentos protetores ele consome. Em sua dieta faltam proteínas, sais minerais e vitaminas; e mesmo os alimentos fornecedores de energia, como os cereais, não são consumidos em quantidades suficientes, conforme é crença.

Dá a enorme quantidade de sub-alimentados que se encontra na zona rural.

O seu consumo de verduras se limita à couve e ao quiabo, em pequenas quantidades. Aves e ovos só em dias excepcionais. O leite, quando é encontrado, só é usado na dieta dos doentes. Raramente as crianças o usam. A carne de porco é rara e a de vaca, só quando morre um bovino por acidente, é consumida por eles. Entretanto, ele produz muitos destes alimentos, porém o faz para vender e comprar remédios ou roupas. Desconhece inteiramente a necessidade do seu consumo.

Mau vestuário

Assim como a casa do caboclo não o protege contra os rigores do clima, assim também o seu vestuário é deficiente. A ausência de sapatos é quase geral. Seus trajes não o protegem do frio, que embora não seja rigoroso, é sentido. Constrange vêr na época fria do ano os meninos a a tiritar de frio pelas estradas. Como defesa, o habitante do campo nessa época do ano levanta-se mais tarde, perdendo horas de trabalho. Nas chuvas ele fica em casa ou se molha todo, pois não pode ter vestes apropriadas, que o abriguem das intempéries. Como o seu vestuário é escasso, anda sempre sujo.

Também por falta de vestuário muitas crianças não vão à escola, perdendo desta maneira as poucas probabilidades que têm de aprender algo de melhor.

Má saúde

Má habitação, má alimentação e mau vestuário se reúnem para causar outra consequência pior: à má saúde.

E' muito baixo o índice sanitário nas zonas rurais. Verminose, malária, má dentição, reumatismo, hipoproteínemias, bócio, etc., acompanham o povo pobre nas zonas rurais, diminuindo-lhe a capacidade de trabalho, tirando-lhe a ambição de progredir. Temos aqui uma consequência da pobreza que se tornou causa de maior pobreza, agravando o problema, pois um doente desta maneira não pode jamais ser um bom trabalhador. Hoje se sabe que esta atitude apática e vago cansaço chamado preguiça é causada por carências alimentares, em sua maior parte.

Para culminar tudo isto, os rurícolas que mais necessitam de assistência médica não a têm, principalmente assistência médica preventiva, pois os postos de saúde existentes atuam nas zonas urbanas, sendo raros aqueles que se dão ao incômodo de ir à zona rural. As campanhas sanitárias raras vêzes atingem ao homem do campo em seu meio. Para obter assistência médica, êle tem que vir à cidade, de modo que só o faz quando tem dela absoluta necessidade. A assistência dentária praticamente não existe.

Em trabalhos realizados em anos passados, quando componente da Missão Rural de Varginha, vimos os médicos dispensar a exigência de exames de fezes para os que eram atendidos, tão evidentes eram os sintomas clínicos de parasitose intestinal.

A incidência de verminose se aproxima de 100%, como também se aproxima de 100% a porcentagem de necessitados de cuidados dentários.

Outro aspecto da má saúde é a grande porcentagem dos abortos (chamados pelos lavradores de "mau sucesso") e a grande mortalidade infantil, por pura ignorância de melhores hábitos higiênicos e credices charlatanescas.

Ignorância

Pouca oportunidade de se alfabetizarem têm os trabalhadores do campo. As escolas são muito distantes e há a

necessidade de, desde cedo, os jovens ajudarem aos pais na faina das lavouras. Nas escolas lhes é ensinado apenas a ler, escrever e contar. Nada se lhes ensina a respeito da vida que têm de enfrentar. De trabalhos manuais aprendem apenas enfeites pífios. Nenhuma arte, nenhuma aprendizagem que lhes seja útil em sua profissão futura. Esta éles aprendem de seus pais como estes aprenderam de seus avós... Novos princípios foram descobertos, a ciência progrediu, muitas práticas novas e mais eficientes foram adotadas. Só eles não sabem disto ou não crêem nisto. Assim perpetuam métodos justificáveis em épocas anteriores, mas agora inteiramente contraproducentes. Ninguém para lhes mostrar os erros, pois é mínimo o esforço que o Estado faz neste sentido.

A ignorância se estabelece sempre onde há pobreza.

Êxodo Rural

Tôdas estas consequências se juntam para minar as energias do rurícola, tirando-lhe a alegria de viver. Em estudo que ficou célebre, Paulo Prado atribuiu a tristeza do nosso caboclo à fusão de três raças tristes e nostálgicas. Hoje sabemos não ser isto verdade. A sua tristeza provém de sua pobreza, que lhe tira até a esperança de melhor vida e não lhe deixa ver outra solução senão a fuga dêste meio. Daí vemos hoje a pouca constância dos nossos trabalhadores rurais, sempre na procura vã de melhor vida, mudando-se de fazenda para fazenda até que, desanimados, imigram para outros Estados como São Paulo antigamente, e modernamente o Paraná, em busca de outras terras mais férteis, onde vão contribuir com seu trabalho para abertura de novo ciclo de destruição das riquezas do solo, levando, como levam consigo, métodos de trabalho condenados.

Outros, atraídos pela miragem da vida urbana, se encaminham para as cidades maiores, principalmente as capitais, indo engrossar a vasta legião dos "favelados", com todo o seu cortejo de misérias, roubos, assassinatos, vadiagem, tuberculose, prostituição, etc.

Muito gastam os governos com o problema dos desajustados nas grandes cidades. Não seria preferível que gastassem êste dinheiro para evitar o aumento em número dêsses desajustados?

O problema das favelas não poderá ser resolvido, como pensam muitos políticos e administradores, apenas pela melhoria das condições de vida dos seus moradores. Assim

que conseguirem (se o conseguirem) resolver o problema dos atuais "favelados", outros irão substituí-los, atraídos pela possibilidade de melhor vida. E a fonte que os produz é inesgotável, pois como diz o provérbio citado por Josué de Castro: "A mesa do pobre é escassa, mas o leito da miséria é fecundo".

Concluindo

Muito se fala hoje em dia em Reforma Rural. Francamente não nos agrada a palavra reforma. Preferimos Organização Rural. O seu objetivo é acabar com a pobreza rural. A idéia está pois madura. Parece-nos que antes de tudo o problema é educacional, porém educação somente não resolve, como também não resolverá a distribuição de terras. O problema é vasto, e deve ser atacado ao mesmo tempo em suas causas e consequências. Nenhuma pode ser deixada de lado, pois crescerá de intensidade e pode destruir a obra de recuperação do rurícola. O problema é pois de resolução difícil, demandando paciência e largo prazo para ser resolvido. O caminho é áspero e as primeiras vitórias serão muito pequenas. Será do gosto da época iniciar um trabalho do qual não veremos os melhores frutos?

BIBLIOGRAFIA

- Branan — Charles: Preços de Alimentos e Receitas das Fazendas — Exposição apresentada ao "House Committee on Agriculture" — (U. S. D. A.) — 24-4-951.
- Brandão — Erly D. : A Sucessão da Propriedade Rural — Revista Ceres — Vol. VIII — Nº 48 — Jan.-Junho 1951.
- : Como aumentar a Renda de sua Fazenda — Revista Ceres — Vol. VIII — Nº 45 Julho-Dez. 1949.
- Castro — Josué de : — Geopolítica da Fome — Gráfica Olímpica Editora — Rio.
- : El Problema de la Alimentación en América del Sur. Series de la Unesco — Editorial Sud Americana — Buenos Aires.

Cleofas -- João: Conferência sobre "Reforma Agrária" -- pronunciada na Soc. Rural Brasileira -- in Minas Agrícola nº 1 -- pag. 39.

Horne -- Bernardino C.: Política Agraria y Regulación Económica -- Editorial Losada -- Buenos Aires.

Kihss -- Peter: Que Haya Pan -- Séries de la Unesco -- Editorial Sud Americana -- (Trad. de Miguel de Hernani) -- Buenos Aires.

Limeira Tejo -- Aurélio de: Retrato Sincero do Brasil -- Editora Globo -- Porto Alegre.

Maris -- Paul V.: "... the land is mine" -- Agriculture Monograph nº 8 -- U. S. D. A. -- F. H. A.

Publicações do "United States Department of Agriculture"
Toward Farm Security
Family Farm Policy Review

28